



## Globalização, integração e desenvolvimento – os fluxos virtuosos da região de Tefé no Amazonas

Kristian Oliveira de Queiroz

### Resumo

A cidade de Tefé funcionaliza as amarras territoriais que permitem a circulação na região do Médio Solimões no Amazonas nos últimos três séculos. Desempenha um papel político, econômico e cultural relevante para esta fração do território, configurando-se como a maior e mais importante cidade deste subespaço amazônica. Este trabalho se propõe discutir que apesar da grande extensão da região de Tefé, constituída por 9 municípios e uma baixa densidade demográfica, ainda possui poucos meios de produção, sendo dependente dos repasses fiscais do Estado e dos salários das instituições públicas. Nesta região, os fluxos permitem a sobrevivência de seus municípios a partir dos fixos, configurando como os meios de produção mais relevantes. São fluxos virtuosos para a economia regional e, conseqüentemente, para a integração territorial e o desenvolvimento regional que absorvem os impactos e adequações das técnicas inexoráveis advindas da globalização. A partir da pesquisa de campo e levantamento bibliográfico e documental, este artigo analisa algumas atividades que constituem estes fluxos, a partir do uso de potencialidades intrínsecas do território, ou seja, recursos naturais como a madeira e o pescado advindo de Unidades de Conservação de Jutáí, Maraã e Fonte Boa, municípios inseridos na região de Influência de Tefé para discutir as relações destas cidades com o mercado mundial. Assim como se analisa os fluxos de instituições públicas federais de Tefé tais como: o INSS, a Receita Federal e a Justiça Federal, para discutir que estas relações integram a região a partir de Tefé e desobedecem a hierarquia urbana brasileira.

**Palavras-chave:** Fluxos virtuosos. Integração territorial. Desenvolvimento regional. Globalização. Região de Tefé.

### 1 Introdução

A região do Médio Solimões no Amazonas possui como seu maior centro urbano o município de Tefé, nó de rede e capital regional desta fração do território brasileiro. A região de influência de Tefé conta com 9 municípios com uma população estimada de 180.539 habitantes, incluindo a população tefeense, um território de aproximadamente 220.060,822 Km<sup>2</sup>, esta é uma região caracterizada por espaços de baixa densidade demográfica, envoltos a uma economia agrícola de subsistência (Figura 1).

Quando analisado o contexto urbano observa-se que seus habitantes vivem em sua maioria em áreas urbanas, apenas o município de Japurá que conta uma população rural (54,47%) maior que a urbana (45,53%) não se inclui nesta característica. Neste sentido, Tefé é o município com maior número de habitantes,



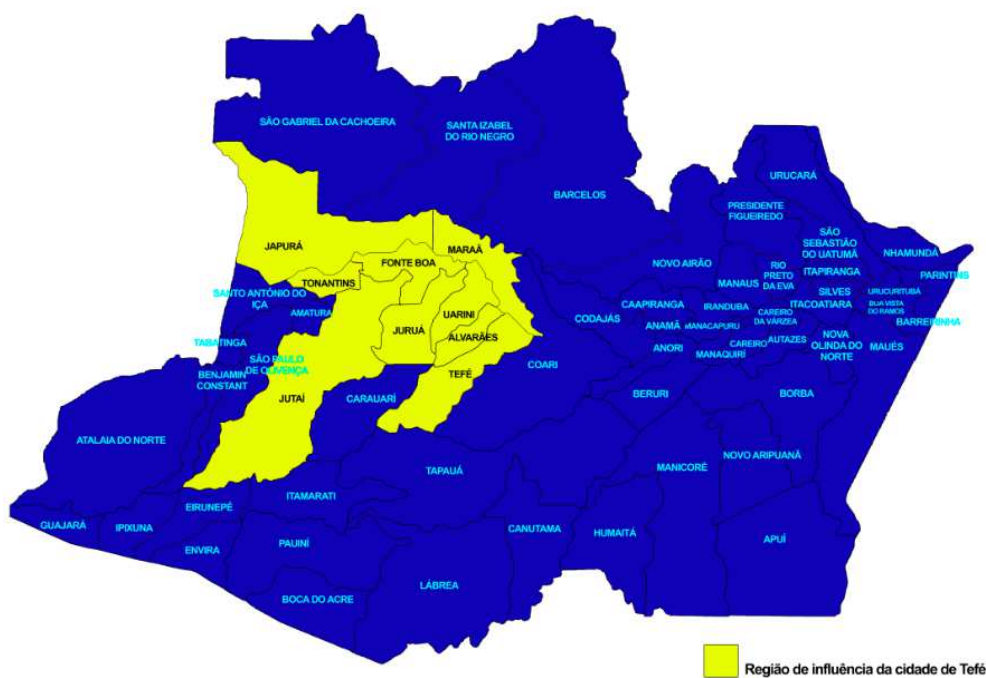
possuindo 81,55% de sua população urbana, exerce um papel chave na oferta de serviços, bens e mercadorias na região do Médio Solimões amazonense (Tabela 1).

TABELA 1 - População dos municípios da Região de Influência de Tefé

Municípios	Tefé	Fonte Boa	Jutaí	Maraá	Tonantins	Alvarães	Uarini	Juruá	Japurá
População	61.453	22.817	17.992	17.528	17.079	14.088	11.891	10.802	7.326
IDH	0,639	0,530	0,516	0,498	0,548	0,527	0,527	0,522	0,522

Fonte: QUEIROZ, 2015.

Figura 1 – A região de Influência de Tefé no Amazonas



Fonte: QUEIROZ, 2015.

Este trabalho fornece subsídios para entender que apesar desta região de Tefé possuir rarefeitos meios de produção e uma economia dependente dos recursos fiscais e estatais, os municípios que a constituem no estado do Amazonas apresentam fluxos que possibilitam integração territorial e desenvolvimento regional. Fluxos virtuosos que utilizam de potencialidades intrínsecas do território a partir de recursos naturais disponíveis úteis a estas populações distantes dos centros econômicos e



políticos da formação socioespacial brasileira. Mas que desobedecem às hierarquias institucionais e urbanas do território.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs) típicas da globalização Tefé perdeu sua outrora hegemônica centralidade. Algumas cidades de sua região de influência já estão aptas a se comunicar com cidades distantes, não precisando das estruturas e fluxos tefeenses para determinadas demandas de serviços e comércio. A geografia da região do Médio Solimões, no entanto, condiciona a Tefé a se configurar como um centro de gestão do território em razão de sua posição estratégica no meio do rio Solimões, fração do grande rio Amazonas, na foz dos rios Japurá e Tefé. Atraindo instituições locais, estaduais e federais, constituindo um exército de assalariados que atraem empresas e firmas via a inerente capacidade de consumo desta população.

Desenvolvem-se formas adaptadas de comunicação que produzem relações entre cidades por intermédio de instituições estatais e firmas regionais que são úteis para a economia regional. Por conseguinte, isto permite uma integração territorial relativizada (QUEIROZ, 2015), pois ainda persistem formas-conteúdo (SANTOS, 2009 [1996]) obsoletas e deficientes frente à modernização atual que abrigam fragmentos de uma divisão territorial do trabalho pretéritas. Tefé se configura como uma cidade regional em uma região em que coexistem estas diferentes temporalidades de uma divisão territorial do trabalho que confronta o moderno e o antigo, o global e o local no mesmo território.

## **2 Os fluxos virtuosos na região de Tefé no Amazonas**

“Os fluxos virtuosos permitem uma integração territorial e fortalecem os laços e relações que subsidiam o desenvolvimento econômico e social numa região” (QUEIROZ, 2015, p.247), proporcionando não apenas crescimento econômico e inserção social das cidades pertencentes a esta, mas, elementos que promovem cidadania e dignidade a suas respectivas populações. Ramificações da modernização contemporânea que imbricam no espaço levando os resultados econômicos e sociais positivos de um lugar para outros por intermédio das ações políticas e técnicas empreendidas.



A letargia e mesmo “agonia” da população dos “espaços escuros”, privadas de informações e técnicas contemporâneas provenientes dos benefícios e vantagens dos objetos técnicos e geográficos originados pelas tecnologias e disponibilizados pelas conjunturas políticas e econômicas, são interrompidas com os “flashes” de luminosidades advindos de espaços com densidade de objetos e elementos do meio técnico-científico-informacional, o meio geográfico contemporâneo. Nestes “espaços luminosos” a população se beneficia dos efeitos da atuação de infraestruturas e da organização social vinculada às ordens e normas de uma racionalidade construída a partir da acumulação de capital ou de relações sociais lucrativas para o desenvolvimento.

A presença de objetos técnico-geográficos em um território produz resultados que influenciam a realidade local. No entanto, nem sempre o território admite resultados similares, ou seja, os objetos possuem diferentes desempenhos em diferentes cenários territoriais, muitas vezes, assumindo competências e funções a qual não estavam planejados a exercer. Estes objetos presentes em cidades com posição estratégica e distantes dos grandes centros econômicos como Tefé no Amazonas efetuam um papel ambíguo tanto para o qual foi planejado quanto para reproduzir um cenário de modernização que se faz menos presente em territórios carentes de objetos modernos.

Baudrillard (2012 [1968], p.132) afirma que “o sistema de produção atual se opõe, ao mesmo tempo em que nele trabalha, a um avanço técnico real (e por este meio a uma reestruturação das relações sociais)”. A densidade de objetos técnico-geográficos existentes em Tefé advindos pela presença de instituições públicas e das atividades adjacentes a estas estabelecem entes comerciais, de serviços e também entes sociais dinamizadores da economia, que em uma cidade regional como Tefé promove relações sociais mais modernizadas e adaptadas a este “avanço técnico real” em relação às cidades de sua hinterlândia. Estes objetos permitem uma melhor adesão das finalidades políticas e econômicas advindas da economia-mundo que necessita além de estruturas convenientes para sua operacionalização também de uma racionalidade que condiz com os anseios do grande capital em avançar e usufruir das potencialidades intrínsecas destes territórios pouco atraentes às grandes corporações mundiais e ao capitalismo contemporâneo.



Neste sentido, no Amazonas, é quando “os espelhos se tornam janelas”, metaforicamente a reflexão do uso e exploração das potencialidades intrínsecas de cada lugar para consubstanciar as relações locais com as finalidades globais. As iniciativas de agentes estatais ligados às firmas ou demandas mundiais propiciam a exploração de recursos disponíveis das cidades da região de Tefé, permitindo que janelas sejam abertas para a economia-mundo. Desta forma, estas cidades passam a se relacionar diretamente com outras cidades hierarquicamente superiores na escala urbana, propiciando a Tefé, o maior centro urbano e gestor do território, perder parcelas de sua tradicional centralidade.

São fluxos virtuosos que tem nos aportes da globalização um meio de integração, e no trabalho executado, um instrumento de desenvolvimento baseado nos mecanismos e objetos pertinentes ao meio técnico-científico-informacional. Entende-se desta forma que estes subsídios da globalização, representados pela padronização das técnicas, normas e ações que embasam a racionalidade hegemônica do acontecer hierárquico, acabam por propiciar uma integração territorial. Entretanto, este avanço globalizador enfrenta resistências que não impedem e nem mesmo retardam o inexorável movimento de dominação e submissão do capitalismo moderno. Estas resistências acabam por delinear e produzir novas formas e muitas vezes outros conteúdos do processo de globalização; globalizações relativizadas originadas por um processo de integrações relativizadas.

### **3 Globalização e integração – o caso das cidades da região de Tefé**

Os elementos que constituem o meio técnico-científico-informacional permitem a fluidez no espaço de informações e técnicas que promovem o desenvolvimento de setores e a criação de meios de produção baseados nos transportes velozes e nas comunicações em tempo real que diminuem a distância entre os espaços e mesmo o tempo. Neste sentido, Santos (1999, p.11) afirma que:

Rompem-se os equilíbrios preexistentes e novos se impõem, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população e do emprego, dos capitais utilizados, das formas de organização, das relações sociais etc. Conseqüência, mais estritamente geográfica, diminui a arena da produção, enquanto a respectiva área se amplia. Restringe-se o espaço reservado ao processo direto da produção



enquanto se alarga o espaço das outras instâncias da produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS, 1999, p.11).

Para exemplificar este cenário de modernização e integração que modificam o espaço e a produção deste cita-se os casos de Jutai e Maraã. A empresa “RO Ferreira Maceno Ltda” trabalha com a venda de madeira advinda de áreas de manejo das Unidades de Conservação de Jutai município da hinterlândia tefeense. Procedimentos industriais no trato com a madeira, que propiciam ser exportada, são utilizados com o uso de técnicas e informações que permitam o aprimoramento de relações com empresas compradoras de outros países como Canadá, Japão e países vizinhos, a produção de tacos de pisos de madeira é o objetivo das empresas canadenses e japonesas.

A empresa possui filiais/depósitos em Tefé e Tabatinga assim como operacionaliza a produção a partir de Manaus (Figura 1). Madeiras como Ipê, Jatobá, Roxinho (Violeta), Maçaranduba, que na região são pouco valorizadas, são as mais comercializadas internacionalmente. Procedimentos como efeito solar, estocagem de prateleira e estufa são necessários para a comercialização internacional e efetuados pela empresa em Jutai (QUEIROZ, 2015).

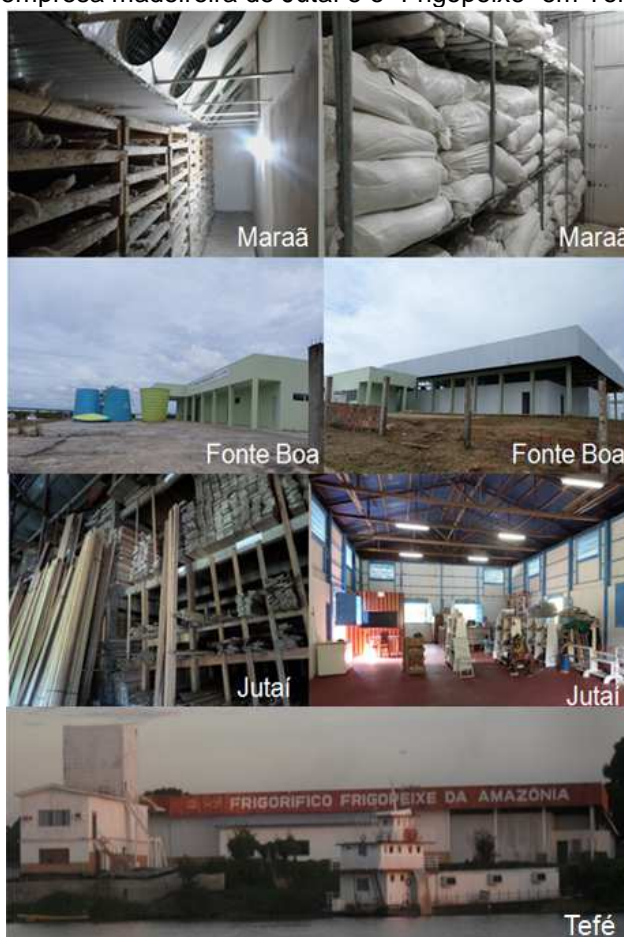
Em Maraã, município no rio Japurá pertencente à hinterlândia tefeense, a “Indústria de Bacalhau da Amazônia” é uma iniciativa que envolve as três hierarquias estatais com o fim de adequar o produto advindo do pescado das Unidades de Conservação do município na geração de emprego e renda à comunidade e ao estabelecimento de fluxos virtuosos ao desenvolvimento e à integração. As instalações foram construídas com apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e Secretaria de Produção do estado do Amazonas (SEPROR) e se baseiam em Maraã e em Fonte Boa, porém apenas Maraã possui produção. Uma iniciativa que viabiliza o diálogo dos trabalhadores da Colônia de Pescadores Z-32 e do manejo nas áreas de Pesca como o Pantaleão no rio Japurá. Em torno de 4.200 peixes ou 150 toneladas foram utilizados para produzir 70 toneladas de bacalhau da Amazônia em 2014 em Maraã (QUEIROZ, 2015).

Procedimentos necessários para o trato do pescado são atendidos com o intuito de estabelecer uma qualidade internacional e assim promover a exportação. Com o objetivo inicial de suprir parte da merenda escolar no Amazonas a principal demanda da indústria são as escolas da Secretaria Estadual de Educação e



Qualidade de Ensino (SEDUC); no entanto, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) também adquire e revende em pequenas quantidades nas feiras da capital bem como são comprados pelo Frigorífico Amazonas e alguns restaurantes de Manaus. Sem a autorização legal para comercializar para fora do país a indústria vende para estes estabelecimentos que revendem o produtos em forma de pratos oferecidos em restaurantes ou mesmo direcionados a quem quer que queira comprar, inclusive turistas estrangeiros que compram em pequenas quantidades.

Figura 2 – A sala de secagem e a câmara de estocagem do Bacalhau da Amazônia em Maraã e as instalações de Fonte Boa, ainda sem produção. Estocagem de prateleiras e recepção da empresa madeireira de Jutai e o “Frigopeixe” em Tefé



Fonte: QUEIROZ, 2015.

Estes dois casos exemplificam agentes e iniciativas presentes em municípios da região de Tefé com objetivos comerciais que visam relações extrarregionais



difundindo seus produtos e se adequando às normas e procedimentos que permitem adentrar aos mercados mundiais. Fluxos virtuosos são estabelecidos. Isto permite que estas empresas se comuniquem e evoluam no diálogo comercial e econômico, viabilizando emprego e renda que, somadas a políticas públicas eficientes, promovem integração e desenvolvimento.

A circulação se intensifica a partir destas iniciativas e do aparecimento de especializações produtivas presentes no Solimões; movimento este inerente ao processo capitalista vinculado à sua crise perpétua que exige mais demanda para a produção se desenvolver. Mesmo que estas ações se desenvolvam em razão da existência de recursos naturais disponíveis, são nos processos técnicos e nos suportes geográficos da informação que ela se expressa. Santos (1999, p.11) chama a esta convocação e exigência de mais circulação de “circulo virtuoso” que depende da fluidez das redes e da flexibilidade dos regulamentos. Estas questões na região de Tefé são condicionadas às limitações destes espaços letárgicos (SILVEIRA, 1999), no entanto funcionalizam uma circulação útil ao desenvolvimento frente à escassez de meios de produção existentes.

Dessa forma, a globalização se realiza por forças pretéritas e envelhecidas do comércio nestes municípios. Ressalta-se que em Tefé, o “Frigorífico Frigopeixe Ltda” (Figura 2) é uma empresa que articula, sob os mesmos contextos políticos e econômicos, relações extrarregionais permitindo fluxos que ultrapassam fronteiras nacionais. Grande parte da produção pesqueira de Tefé, em torno de 40% a 60% desta produção é advinda deste grande frigorífico (QUEIROZ, 2015). A empresa compra dos pescadores locais e revende para os mercados distantes, promove empregos e respeitam os períodos de defeso dos peixes amazônicos.

A integração dos lugares à globalização é realizada pela acessibilidade do lugar e das pessoas à globalização, os espaços de lugares e de fluxos ficam condicionados a esta prerrogativa. Mesmo que o desempenho e funcionamento dos objetos técnicos e dos subsídios necessários para sua operacionalização como a informação e a técnica sejam deficientes como no caso da Amazônia da região de Tefé no Médio Solimões, o que estrutura uma integração relativizada (QUEIROZ, 2015) à globalização atual.





As cidades se hierarquizam urbanamente mais pela funcionalidade de fluxos imateriais do que materiais, novas cidades criadas sobre antigos centros urbanos proporcionam uma hierarquia urbana corporativa, que em regiões opacas e pobres são construídas por ação do Estado e apoio de empresas e/ou demandas significativas. Envolvidas em um cenário de uma modernização incompleta (SANTOS, 1994) estas iniciativas como da Indústria do Bacalhau da Amazônia, da Empresa RO Macedo de Jutai e do Frigorífico Frigopeixe em Tefé representam agentes de flexibilização do capitalismo atual. Trabalhando com clientes distantes e utilizando nesta periferia os recursos disponíveis para a produção, expondo assim os diferentes graus de globalização existente.

Heidrich (2004, p.17) discute que:

enquanto a política local interessa aos agentes hegemônicos como uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares e às pessoas do lugar, interessa a consolidação de um espaço de garantia do emprego e da qualidade de vida. A solidariedade existente em função da convivência dos grupos no mesmo território torna-se relativa, à medida que o uso de novas tecnologias possibilita a substituição da contigüidade física pelo tempo compartilhado no espaço de fluxos (HEIDRICH, 2004, p.17).

As populações dos municípios e, principalmente, das Unidades de Conservação existentes em seus territórios na região de Tefé, almejam perspectivas de emprego e renda, enquanto que as cidades buscam alternativas de exploração de seus potenciais econômicos via agentes que invistam em infraestrutura e tecnologia para criar novas formas e meios de produção. Os objetos técnico-geográficos disponibilizados possibilitam a contemplação destes anseios inserindo estas populações e seus territórios nesta dinâmica que envolve mercados e agentes mundiais via um planejamento estatal e políticas viabilizadoras desta relação. No caso do Bacalhau da Amazônia o Estado é a base tanto do investimento vinculado ao capital da SUFRAMA que possui participação das empresas do Pólo Industrial de Manaus (PIM) tanto da Secretaria de Produção do estado do Amazonas (SEPROR). Enquanto, que em Jutai a exploração da madeira também está ligada ao Estado com o auxílio das Unidades de Conservação da “Área de Preservação de Manejo Sustentável de Pequena Escala do Rio Jutai” e à oferta destes produtos via os agentes de publicidade que encerram contratos com clientes distantes.



## 4 Os fluxos virtuosos institucionais de Tefé e a desobediência à rede urbana brasileira

As relações modernizadoras pertinentes às redes revelam que a força dos lugares se afirma com a imposição da globalização. Estas cidades se “refuncionalizam” com os aportes da globalização, os tempos do acontecer hierárquico e do trabalho rudimentar de outrora passam a coexistir. As antigas rugosidades são perturbadas pelas ações de fluxos materiais e imateriais proporcionando novas valorizações ao espaço de fluxos construído e dinamizado pelas redes que nele atuam. Mesmo obedecendo a motivações distantes o espaço de fluxos integra verticalmente e leva as ordens e as normas da racionalidade hegemônica que gradativamente, dependendo da circulação, busca homogeneizar as racionalidades preexistentes.

No entanto, os serviços e as finanças são as atividades econômicas que potencialmente mais irradiam fluxos dinamizadores da economia via os elementos auxiliares da ciência, da técnica e da informação. Funcionam apenas com a eficiência de infraestruturas que forneçam transportes rápidos como transportes aéreos e lanchas modernas na Amazônia; telecomunicações em tempo real e o estabelecimento de eixos de produção e circulação de energia.

É neste sentido que Tefé ainda exerce forte influência, novas formas de organização do espaço promoveram a partir dos objetos de teleação um relativo esvaziamento das funções da cidade regional. O espaço das verticalidades permite o arranjo de suas relações a partir da existência de novas formas da divisão do trabalho, o que Silveira chama de corrida dos lugares (SILVEIRA, 1999, p.429). É neste contexto que os fluxos virtuosos permitem uma melhor conjuntura de atuação frente às funções provenientes da divisão territorial do trabalho pretérita. Ou seja, os fluxos virtuosos existentes na região de Tefé permitem a inserção deste subespaço à nova divisão territorial do trabalho regional e, concomitantemente, por se configurar num âmbito globalizado, à divisão internacional do trabalho que se realiza de maneira a atender uma hierarquia urbana corporativa e mundial.



É neste sentido que a integração relativizada se realiza como uma forma de inserção deste subespaço neste mundo contemporâneo utilizando modernizações envelhecidas e caducas em cidades obsoletas numa tentativa e numa proposta de refuncionalização destes núcleos urbanos com raízes em significados produtivos e formas que não atendem as novas e modernas evocações da economia. Perpetuando a situação de baixa competitividade econômica e uso das limitadas economias das cidades e de seus potenciais produtivos na divisão do trabalho contemporâneo.

A cidade de Tefé admite as modernizações e atividades globalizadas, ou seja, finanças e serviços baseados na informação e na técnica, devido à funcionalização das instituições públicas existentes em razão de sua posição estratégica no Médio Solimões. Desta forma, as instituições dinamizam subespaços onde as entidades privadas são menos presentes, ou seja, em subespaços carentes e distantes dos grandes centros econômicos e decisão, estas organizações estatais assumem funções primordiais à integração territorial.

Além de possuírem potencialidades flexibilizadoras do mercado local permitindo que outros setores do comércio e de serviços se desenvolvam via as necessidades de suas operacionalidades, estes órgãos estabelecem relações à distância, externas à região e às cidades nelas inseridas, permitindo a conectividade com outros mercados e, concomitantemente, outras formas de “fazer” e “realizar” o cotidiano em sociedades centrais e luminosas.

A partir de Tefé, o abreviar das relações entre sedes e filiais destas instituições ou a diminuição das distâncias via os procedimentos administrativos e burocráticos pode ser melhor entendido. Esse movimento pode ser analisado por meio dos fluxos pertinentes, por exemplo, às instituições como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Figura 3). Na estrutura organizacional do INSS toda a região Norte do Brasil está subordinada a Brasília<sup>1</sup>, assim como a região Centro-Oeste, pois estas não

---

<sup>1</sup> Em 2013, o INSS dispunha de cinco Superintendências Regionais, sediadas nas cidades de Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Recife (PE), Florianópolis (SC) e São Paulo (SP), 100 Gerências Executivas e 1.381 Agências, localizadas em 1.227 municípios distribuídos por todo o Território Nacional. De acordo com o referido Decreto, as Superintendências Regionais articulam as Gerências Executivas, que por sua vez supervisionam as Agências. Tem-se por norma que, quanto mais complexos e diversificados forem os serviços prestados pela unidade, maior a sua importância na estrutura do INSS e para os próprios cidadãos. Estes, em muitos



possuem Superintendências Regionais sediadas em cidades de seu respectivo território.

Neste sentido, a rede do INSS, em seu nível institucional superior, não acompanha a forma da rede urbana brasileira, ou seja, não atende a tradicional hierarquia das centralidades urbanas regionais, mantendo regiões inteiras subordinadas a sede institucional de gestão representada por Brasília no Distrito Federal. Para exemplificar, observa-se o caso de Diamantina em Minas Gerais que sedia uma Gerência Executiva mesmo sendo de acordo com a Regic (2007) um Centro de Zona (IBGE, 2014, p.27). Tefé como Centro Sub-Regional B assume a responsabilidade de gestão do INSS e dos 9 municípios que compõem sua região de influência, Manaus como Metrópole e capital do estado do Amazonas também possui uma Gerência Executiva da mesma hierarquia e funcionalidade que Tefé possui.

Tefé possui uma Gerência Executiva do INSS, que equivale a um nível intermediário entre as agências e as Superintendências Regionais, e por isso possui potencial de atração de pessoas que se deslocam no intuito de utilizar os serviços demandados por esta Gerência Executiva, rompendo os fluxos que deveriam ser direcionados à capital Manaus.

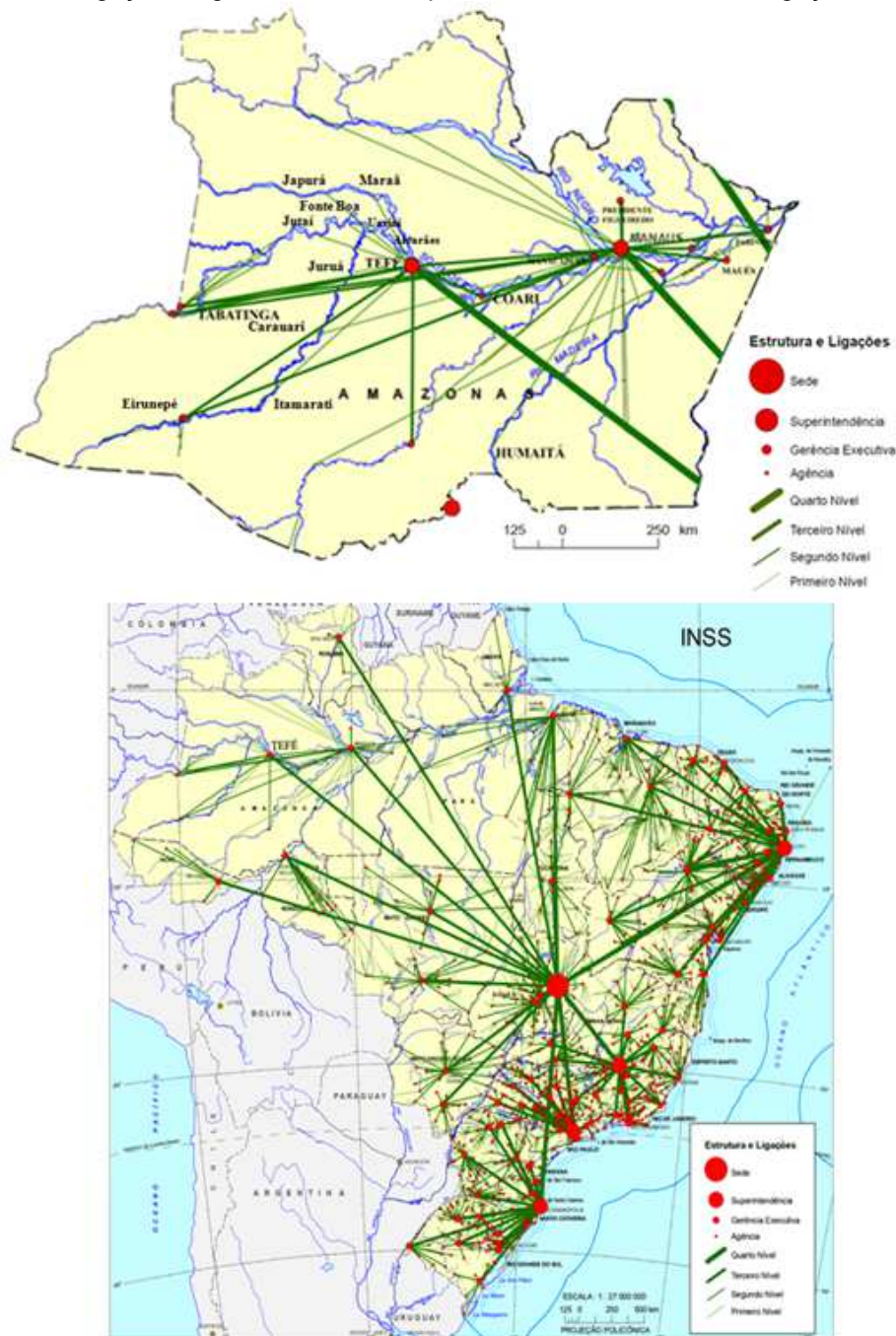
Como sede de Gerência Executiva, o INSS em Tefé articula uma região de influência composta por mais outros oito extensos municípios no Médio Solimões e se insere em uma rede maior e mais complexa coordenada pelas Superintendências Regionais. Devido à população reduzida frente às enormes dimensões territoriais constata-se que na Região Norte, “as relações população/Gerência Executiva e população/Agência são próximas às observadas nas demais Grandes Regiões, apesar de esta contar com relativamente menos Gerências Executivas e Agências” (IBGE, 2014, p.30).

---

casos, têm que se deslocar de seus municípios de residência para aqueles que oferecem o serviço buscado (IBGE, 2014, p.26).



Figura 3 – Ligações regionais do INSS a partir de Tefé e a estrutura e ligações do INSS



Fonte: QUEIROZ, 2015.

Desta forma, a agência da previdência social em Tefé possui a mesma hierarquia da sua capital Manaus, semelhantes a outras 98 agências deste tipo. Comparando com os 1.227 municípios que possuem agências elementares da



previdência social, Tefé possui uma responsabilidade de gestão significativa demandando assim outros fatores de centralidade devido às enormes distâncias amazônicas, custos e meios de transportes. Costa (2013, p.93) discute o caso do município de Carauari localizado no rio Juruá no estado do Amazonas, a qual mesmo não sendo inserido na região de influência de Tefé, sua população utiliza os serviços previdenciários ofertados pela Agência do INSS de Tefé. Manaus, distante de Carauari no rio Juruá, propicia aos que se deslocam para serem atendidos em sua sede, alto custo de transporte, quando utilizado o meio aéreo e não regular, bem como a distância remete um longo tempo para o transporte fluvial. Assim, os beneficiários se deslocam para Tefé criando fluxos de pessoas em busca dos serviços previdenciários em detrimento a Manaus.

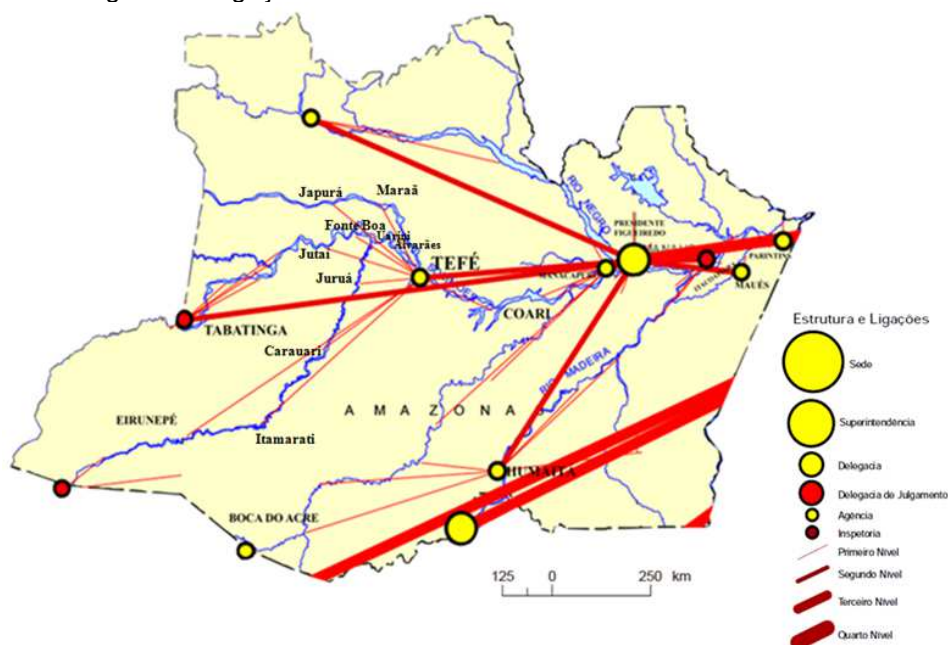
Analisando o desempenho de Tefé nesta relação institucional do INSS com a sede em Brasília, observa-se que há uma ruptura da hierarquia tradicional urbana. Tefé se liga diretamente a Brasília, ao invés de Manaus, cidade de hierarquia superior imediata a qual está submetida de acordo com o Regic 2007 (2008), estabelecendo um rol de procedimentos administrativos e burocráticos vinculados ao acontecer hierárquico da globalização; operacionalizado via os sistemas de objetos técnicos que somados à estrutura tecnológica disponibilizada possibilita a comunicação entre lugares distantes, Tefé e Brasília, ignorando a contiguidade operacional advinda da hierarquia urbana preteritamente estabelecida.

Esta situação expõe a centralidade institucional de Tefé neste subespaço amazônica. No entanto, mostra duas formas de relações urbanas análogas às dinâmicas das cidades. A centralidade periférica na formação socioespacial brasileira representada por Tefé expõe suas relações externas de maneira a valorizar o território em sua posição estratégica na borda territorial brasileira e manter a presença de serviços importantes para o Estado neste subespaço distante dos grandes centros. Este cenário propicia às cidades como Tefé exercerem, de uma maneira mais intensa, as ligações e atividades com centros distantes e mesmo assim continuarem sua gestão territorial contígua e pretérita que possui as hierarquias urbanas como base de suas relações.

Carauari relaciona-se institucionalmente com Tefé apesar de estar sob a influência de Manaus assim como outras cidades do sul do Amazonas como Eirunepé, Itamarati e Lábrea localizadas fora da região de influência de Tefé e que utilizam os serviços do INSS em Tefé. Isto se observa nos fluxos e jurisdições territoriais de outras instituições como a Receita Federal e a Justiça Federal.

A Secretaria da Receita Federal é subordinada ao Ministério da Fazenda, responsável pela administração dos tributos de competência da União e aqueles incidentes sobre o comércio exterior. Esta instituição pública possui uma Agência em Tefé que é subordinada a uma Delegacia em Manaus que submete a uma Superintendência em Belém. Neste caso, Tefé exerce um papel intrarregional significativo, pois o estado do Amazonas conta apenas com seis Agências da Receita Federal, administra assim sua hinterlândia somada aos municípios fora de sua região situados no sudoeste do Amazonas, Eirunepé e Itamarati, e Coari (Figura 4).

Figura 4 – Ligações da Secretaria da Receita Federal no Amazonas



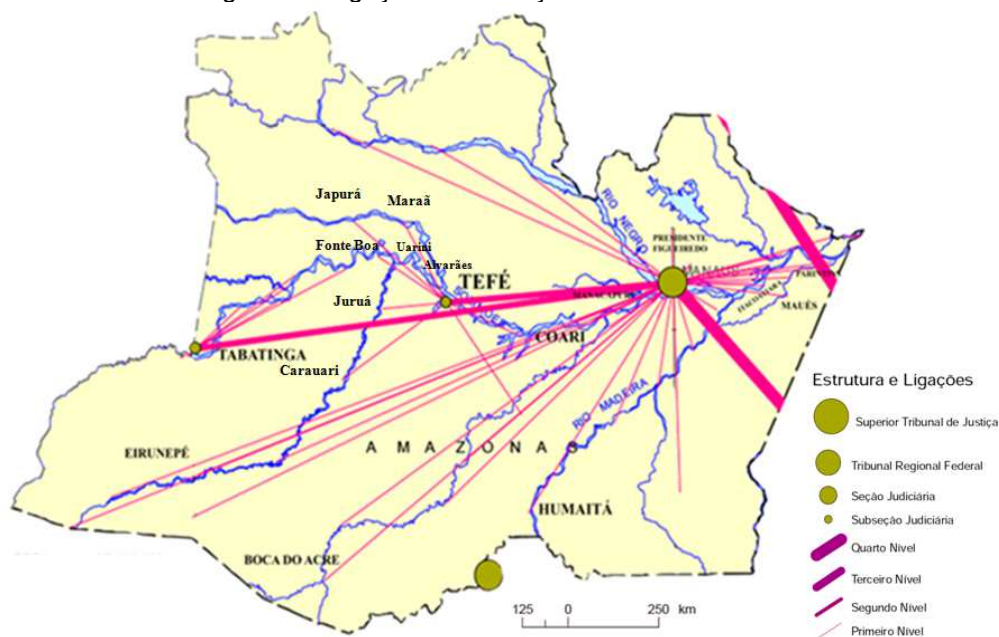
Fonte: QUEIROZ, 2015.

A Justiça Federal em Tefé possui um papel crucial, pois o Estado do Amazonas possui apenas duas Subseções judiciárias uma em Tefé e outra em Tabatinga (Centro de Zona A) (Figura 5). Cada estado brasileiro recebe na estrutura da Justiça Federal a

denominação de Seção Judiciária, composta por Subseções Judiciárias que equivalem às “Comarcas”, que abrangem os municípios vizinhos a partir dos municípios-sedes facilitando o deslocamento dos judiciários.

A viabilidade do deslocamento dos respectivos profissionais desta instituição é relevante para reforçar as posições centrais exercidas pelos municípios que articulam pequenas redes locais, fato que no passado permitiu a elevação de Tefé à cidade em 1855, como visto no primeiro capítulo desta Tese. Ressalta-se que os estados do Acre e Roraima, com exceção de suas capitais, não possuem Subseções judiciárias refletindo “a baixa densidade demográfica que não justificaria a introdução de um novo nível institucional nas respectivas Seções Judiciárias estaduais” (IBGE, 2014, p.40).

Figura 5 – Ligações da Justiça Federal no Amazonas



Fonte: QUEIROZ, 2015.

Com enfoque nestas três instituições evidencia-se a dinâmica nas relações entre sedes e filiais que permitem a execução e o planejamento territorial que reflete os interesses de uma integração via as necessidades do Estado. Este último como agente gestor do território e como parceiro indireto dos interesses globais, por exemplo, quando contrata fornecedores externos que, por sua vez, vêm nas





atribuições institucionais, normadas pelo Estado, um instrumento para se adentrarem em regiões como o Médio Solimões. Isto possibilita delimitar regionalizações institucionais e áreas de desenvolvimento de serviços vinculados às atividades operacionais estatais, e concomitantemente, vinculadas aos atores pertencentes às redes globais.

Uma integração territorial se efetua, refletindo em espaços opacos as ações e os produtos do trabalho de regiões luminosas. Esta integração realizada e subsidiada pelos fluxos pertinentes às instituições públicas gera empregos, serviços, renda e mobiliza o comércio assim como o consumo.

São fluxos virtuosos que beneficiam o desenvolvimento e a integração territorial destes espaços opacos e letárgicos à dinâmica da economia contemporânea, modernizando a sociedade, provocando um choque de racionalidades, normas e ações vinculadas a objetos técnicos de diferentes temporalidades; compondo uma integração relativizada, friccionada e restrita ao meio geográfico e à globalização capitalista atual.

Santos (2011 [1979], p. 25) afirma que “a integração política significa integração econômica”. É comum que os poderes públicos concedam recursos suplementares às regiões ou cidades onde o capital se acumula. Cataia (2014)<sup>2</sup> afirma que “toda infraestrutura é seletiva”, baseado nesta afirmação, admite-se que estas infraestruturas advindas das instituições públicas instaladas seletivamente no território condicionam derivações das modernizações, a qual nestes espaços letárgicos se condicionam seu desempenho a atuarem em uma modernização incompleta e seletiva que permitem a disseminação dos nexos verticais das tarefas produtivas hegemônicas nestes espaços da lentidão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Tefé, elevada de Vila de Ega à Cidade de Tefé em 15 de junho de 1855 e por isso uma das primeiras cidades do Brasil, exerce seu papel de gestão

---

<sup>2</sup> Notícia fornecida pelo Prof. Dr. Márcio Cataia como membro da Banca de defesa de Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação do Curso de Doutorado em Geografia Humana, São Paulo, dezembro de 2014.



territorial na Amazônia desde o século XVII quando das disputas entre as Coroas portuguesa e espanhola (QUEIROZ, 2015).

Neste território, carente da presença de agentes privados ou públicos que providenciem integração e desenvolvimento, o capitalismo se adentra, adaptando-se com o objetivo de promover uma solidariedade verticalizada por meio das redes institucionais como o caso das instituições em Tefé, que permite que cidades distantes e carentes do grande Amazonas utilizem de seus serviços do INSS, da Justiça Federal e da Receita Federal descentralizando os respectivos fluxos para Manaus, capital do estado. Assim como a exploração das potencialidades intrínsecas do território como nos casos de Jutaí, Tefé, Fonte Boa e Maraã permitem o “arranjar” de relações locais e globais via o comércio de madeira e de pescado.

Os obstáculos de custos, distância e logísticos são vencidos frente ao poder de consumo da população. O avanço dos serviços bancários para pagamentos de boletos ou depósitos de compras pela internet, e da financeirização do território que permite o uso do cartão de crédito e mesmo empréstimos por financeiras coadjuvantes dos bancos, possibilita a inserção de muitos, embora de forma indireta, ao mercado global. Juntamente a isto se acede à modernização de procedimentos relativos aos fluxos inerentes aos serviços e finanças, que aliadas à informação e à técnica do meio geográfico contemporâneo, personificam as características marcantes da globalização hegemônica. Fluxos virtuosos que beneficiam a integração e o desenvolvimento atuam nesta fração da formação socioespacial.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **O sistema de objetos**. Tradução: Zulmira Ribeiro Tavares. São Paulo: Perspectiva, 2012 [1968].

COSTA, Danielle Pereira da. A economia da cidade somos nós. **Envelhecimento populacional e a gestão da previdência social: o Amazonas em foco**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Ester Rossini, São Paulo, 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. "Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social". In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



IBGE. **Gestão do Território – redes e fluxos do Território.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE//Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014.

IBGE. **Regiões de influência das cidades: 2007/IBGE.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo.** São Paulo: Editora Hucitec/Educ, 1994.

SANTOS, Milton. O modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território.** Ano IV, nº 6, jan/jun, 1999.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas.** Tradução: Maria Irene de Q. Szmrecsányi, 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011 [1979].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009 [1996].

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina.** São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999.

QUEIROZ, Kristian Oliveira de. **Centralidade periférica e integração relativizada – uma leitura de Tefé no Amazonas.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientação da Professora. Doutora. Maria Mônica Arroyo. São Paulo, 2015a.